

Senador relatará o projeto

191
Givaldo Barbosa

Quase 30 anos depois, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que regerá a elaboração e votação do Orçamento Geral da União para 1993, terá um representante do Senado como relator: o senador Márcio Lacerda (PMDB-MT). Isto foi possível devido ao sistema de rodízio estabelecido pela Constituição de 1988, quebrando, desta forma, a predominância, na comissão, de um grupo de deputados, entre esses Cid Carvalho (PMDB-MA) e João Alves (PFL-BA), que foram relatores por mais de dez anos.

Como, este ano, a presidência coube ao PFL, o deputado Messias Góis (PFL-SE) foi indicado para presidir a comissão, considerada a mais importante e disputada do Congresso. Integrada por 120 parlamentares, ela tem até julho para votar a LDO.

Mesmo sendo escolhido por unanimidade pela bancada peemedebista no Senado, na última quarta-feira, Márcio Lacerda pretende dividir a relatoria com o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — ambos disputaram a indicação dentro do partido. Este trabalho conjunto também deverá ser estendido à relatoria do Plano Plurianual do Orçamento, cuja atividade será entregue ao senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), conforme entendimentos que estão sendo mantidos pela liderança da bancada.

Na reunião de instalação da Comissão Mista de Orçamento ficou acertado que todo o processo orçamentário deste ano será debatido nacionalmente, através de audiências públicas e seminários a serem realizados com governadores, prefeitos, universitários e representantes de empresas estatais e outras autarquias contempladas com verbas públicas.

Critérios

O objetivo destes encontros, segundo Lacerda, visa incentivar a participação da sociedade, descentralizar o Orçamento e fortalecer os estados e municípios com melhor resultado na aplicação das verbas públicas. "A sociedade precisa adquirir consciência de que o



Lacerda: um senador na LDO

orçamento público tem influência direta sobre ela", argumentou o senador.

Outra proposta debatida na reunião foram os critérios que serão adotados para a aceitação de emendas aos projetos orçamentários do Executivo. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que ameaçou paralisar o trabalho da Comissão de Orçamento no final do ano passado, devido às disparidades na concessão de recursos entre municípios, exigiu, desde já, que se promova um diálogo com o Executivo para fiscalizar o cumprimento do Orçamento de 1992 e preparar os projetos futuros.

Depois da Páscoa, o Presidente da Comissão, deputado Messias Góis, informou que vai se reunir com os demais integrantes para decidir sobre a convocação do ministro da Economia, Marcilio Marques Moreira, e seus assessores, para discussão do projeto de Orçamento Plurianual, que já recebeu emendas e deve ser o primeiro projeto a ser votado na Comissão.